

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC002807/2014  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 10/11/2014  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR066368/2014  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46305.002735/2014-58  
**DATA DO PROTOCOLO:** 07/11/2014

**Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.**

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DO VESTUARIO DE BRUSQUE, CNPJ n. 76.852.789/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). RITA CASSIA CONTI;

E

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DO VEST, BORDADOS, COURO, CALÇADOS E SIMILARES DE BRUSQUE E GUABIRUBA, CNPJ n. 83.810.978/0001-46, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARLI LEANDRO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2014 a 31 de agosto de 2015 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO, BORDADOS, COURO, CALÇADOS E SIMILARES DE BRUSQUE E GUABIRUBA** de um lado, e de outro lado o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE BRUSQUE E GUABIRUBA**, devidamente representados por seus Diretores, na forma do decidido em suas **Assembléias Gerais**, celebram entre si a presente **Convenção Coletiva de Trabalho** cujas disposições são as seguintes:, com abrangência territorial em Brusque/SC.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Convencionam as partes os seguintes pisos salariais, a serem praticados a partir do dia 1º.09.2014:

**R\$ 927,00** (novecentos e vinte e sete reais) nos primeiros 3 (três) meses da contratualidade;

**R\$ 992,00** (novecentos e noventa e dois reais), após os 3 (três) meses da contratualidade.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados no mês de setembro de 2014, no percentual equivalente a 7,35% (sete virgula trinta e cinco por cento), podendo ser compensadas as antecipações legais ou espontâneas, concedidas de 1º de outubro de 2014 até 31 de agosto de 2015, exceto aqueles decorrentes de promoção e término de contrato de experiência.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

#### **CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO**

Enquanto perdurar a substituição, que não seja eventual deverá ser assegurado ao substituto o mesmo salário que recebe o substituído.

#### **CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

Serão fornecidos comprovantes de pagamentos aos empregados, com identificação da empresa e discriminação da remuneração, dos descontos efetuados e da contribuição do FGTS.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA POLÍTICA SALARIAL E/OU ECONÔMICA**

Fica estabelecido que, caso a legislação vigente que regula a política salarial e/ou econômica venha a ser alterada com a introdução, nesta última, de qualquer modalidade de prefixação de preços, as partes convenientes, no prazo de 30 (trinta) dias, promoverão reunião com o intuito de rever as disposições fixadas no presente Acordo, no que tange as cláusulas econômicas.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Adicional Noturno**

#### **CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO**

As empresas remunerarão seus empregados que prestem ou que venham prestar serviços no horário noturno (das 22h de um dia até às 5h do outro dia), com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) como adicional noturno, sobre o valor do salário normal.

### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA NONA - DESCONTO SOBRE OS MEDICAMENTOS**

As empresas reembolsarão 50% (cinquenta por cento) dos medicamentos, adquiridos mediante receita, pelos seus empregados ativos, preferencialmente na Farmácia dos Trabalhadores, limitado a R\$ 148,00 (cento e quarenta e oito reais) por mês e por empregado

### **Auxílio Creche**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO CRECHE**

As empresas pagarão as empregadas ativas, mensalmente na folha de pagamento, a título de auxílio creche, independente de faltas, a importância de **R\$ 54,00** (cinquenta e quatro reais), por filho com idade inferior a 5 (cinco) anos, e, independente também de estarem matriculados em creche.

**Parágrafo Primeiro:** O auxílio creche, objeto desta cláusula, não integrará para nenhum efeito o salário das empregadas.

**Parágrafo Segundo:** As empresas que possuem creche própria ficam desobrigadas deste pagamento.

**Parágrafo Terceiro:** O pagamento do auxílio creche será calculado proporcionalmente, no mês da admissão e no mês da rescisão de contrato de trabalho, quando os dias trabalhados forem inferiores a 15 (quinze) dias.

### **Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EMPREGADO EM IDADE DE APOSENTADORIA**

Serão garantidos o emprego e o salário ao trabalhador que contar mais de 5 (cinco) anos de serviço prestados à empresa, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederem a data em que se adquire o direito à aposentadoria voluntária, ressalvando motivo disciplinar ou o não uso do direito.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA**

Serão anotados corretamente nas Carteiras Profissionais dos empregados as funções e salários respectivos.

### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES**

Todas as rescisões de contrato de trabalho de empregados, a partir do mês subsequente ao término do contrato de experiência, serão efetuadas perante a entidade sindical, independentemente do motivo da saída do empregado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA**

No caso de despedida por justa causa, a empresa comunicará o fato por escrito ao empregado.

### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Fica dispensado do cumprimento do aviso prévio, o empregado demitido sem justa causa ou que vier a pedir sua demissão, garantindo, porém, sua permanência no serviço por 05 (cinco) dias, se assim o exigir a empresa. Quando a dispensa for de iniciativa da empresa, sem justa causa, será garantido o pagamento dos dias remanescentes do aviso prévio. Quando a iniciativa couber ao empregado, será assegurado tão somente o pagamento dos dias trabalhados no aviso prévio.

### **Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência ficará suspenso por motivo de acidente de trabalho e por motivo de

afastamento por auxílio doença, completando-se o tempo nele previsto após a cessação do benefício acidentário ou previdenciário.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE TRABALHO**

As empresas juntamente com o sindicato patronal se comprometem, na vigência desta convenção coletiva, a adotar medidas preventivas que visem a melhoria dos locais de trabalho no que se refere à saúde, segurança e qualidade de vida da classe trabalhadora, priorizando os temas abaixo relacionados:

- a)** ambiente de trabalho – iluminação, ventilação e ergonomia (cadeiras com encosto, mesas adequadas, etc);
  
- b)** higiene – bebedouros com copos descartáveis, banheiros e refeitórios adequados;
  
- c)** conscientização e orientação acerca dos temas das letras “a” e “b”, através de palestras, seminários e outras atividades.

**Parágrafo Único** – O trabalho de orientação e conscientização será realizado em parceria com o sindicato dos trabalhadores.

## **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

### **Compensação de Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - COMPENSAÇÃO DE DIAS DE TRABALHO**

Os acordos para compensação e permuta de dias de trabalho, poderão ser efetuados pelas empresas, mediante anuência do Sindicato dos Trabalhadores.

**Parágrafo Único** – Esta cláusula não tem relação com o que está previsto na cláusula XXX, desta convenção.

## Intervalos para Descanso

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

O intervalo para repouso e alimentação previsto no artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, fica reduzido para 30 minutos por jornada, na base territorial dos Sindicatos signatários, desde que as empresas cumpram na íntegra, os dispositivos previstos na Portaria MTE nº 1.095, de 19.05.2010, enquanto vigente a referida portaria. Na hipótese de alteração ou revogação da portaria suso mencionada deverá ser observado a norma legal que a suceder, devendo-se obedecer o seguinte:

**Parágrafo primeiro:** A empresa deverá manter o refeitório organizado de acordo com a NR 24, aprovada pela Portaria Ministerial nº 3.124, de 08 de junho de 1978, e em funcionamento adequado quanto a sua localização e capacidade de rotatividade.

**Parágrafo segundo:** A empresa deverá continuar adotando o sistema de fornecimento de alimentação previsto no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, inclusive quanto à participação do funcionário no custo da refeição, observados os limites do referido programa, observado o disposto na Portaria nº 66, de 25.08.2006, do Ministério do Trabalho.

**Parágrafo terceiro:** Não sendo possível à empresa cumprir com o estabelecido nos parágrafos anteriores, deverá, então, remunerar o intervalo não usufruído de acordo com o parágrafo 4º do artigo 71 da CLT.

## Controle da Jornada

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatória a utilização de controle de horário de trabalho, mecânico ou não para as empresas com 10 a 30 empregados. Para as empresas com mais de 30 empregados é obrigatório a utilização de cartão ponto ou relógio eletrônico ou similar para o registro da jornada de trabalho.

## Faltas

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FALTAS LEGAIS

Será concedida licença e garantido o salário aos empregados(as) no período desta Convenção Coletiva de Trabalho nas seguintes hipóteses:

- a) Por motivo de casamento, 3 (três) dias úteis;
- b) Por motivo de internação de filhos(as) com idade até 10 (dez) anos, 5 (cinco) dias úteis por ano.

Por motivo de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão, sogro(a) ou pessoa que viva sob sua dependência econômica, 2 (dois) dias úteis.

### **Outras disposições sobre jornada**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO - ALTERNATIVAS**

Além das jornadas de trabalho já implantadas nas empresas e para cumprimento do disposto no inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal, as partes reconhecem como válida a adoção, pelas empresas abrangidas por esta CCT, de qualquer das seguintes alternativas:

- a) jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas (cinco dias de 8 horas) numa semana e, na semana seguinte, jornada de 48 (quarenta e oito) horas (seis dias de 8 horas) – semana espanhola;
- b) jornada de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho - de segunda à sexta-feira, 8 horas diárias e aos sábados de 4 horas de trabalho;
- c) jornada de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho para o terceiro turno, sendo no domingo das 22h30min às 5h e de segunda à sexta-feira das 22h às 5h;
- d) jornada de 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho, de segunda à sexta-feira, compensando-se as horas do sábado durante os demais dias da semana em que o antecedem, da seguinte forma:
  - 02 (duas) horas a mais em dois dias da semana;
  - 01 (uma) hora a mais de segunda a quinta feira;
  - 48 (quarenta e oito) minutos a mais de segunda a sexta feira.

**Parágrafo único:** Se, por ventura, houver empresa que utilize ou venha a necessitar de outra modalidade de jornada de trabalho não exposta nos itens anteriores, poderá, por meio de acordo coletivo com o sindicato profissional e seus empregados, estabelecer outra forma de cumprimento da jornada de trabalho.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - COMPENSAÇÃO DE HORAS**

As empresas poderão adotar programa de compensação de horas com seus empregados (as), visando amenizar fatores decorrentes de sazonalidade, de acordo com as seguintes regras:

- a)** O período de apuração do presente acordo será de 120 (cento e vinte) dias, iniciando-se em novembro de 2014, com vencimento nos meses de fevereiro, junho e outubro. As horas de crédito que os(as) empregados(as) tiverem ao final de cada período, serão pagas como horas extras, com o acréscimo de 50%, até o quinto dia útil do mês subsequente, juntamente com o pagamento;
- b)** farão parte do acordo de compensação, as horas que excederem às 44 (quarenta e quatro) horas até o limite de 54 (cinquenta e quatro) horas semanais e 2 (duas) horas diárias;
- c)** deverá ser respeitado o horário de aula, o horário de creche onde o próprio trabalhador é incumbido de buscar seus filhos ou dependentes, o horário de médico de seus filhos e de si mesmo, inclusive para tratamento dentário; e outros compromissos devidamente comprovados, que impeçam de participar do programa de compensação;
- d)** as horas trabalhadas nos repousos semanais remunerados, nos feriados e as que excederem ao limites de 54 (cinquenta e quatro) horas semanais, 2 (duas) horas diárias e 160 (cento e sessenta) horas quadrimestrais, não farão parte do Acordo de Compensação e deverão ser remuneradas como horas extras;
- e)** em caso de rescisão contratual, independente do motivo da saída, as horas de crédito serão pagas como extraordinárias no ato da homologação, juntamente com as demais verbas rescisórias;
- f)** as horas de débito não poderão ser descontadas dos empregados(as), nas seguintes situações:
  - f.1)** demissão do empregado(a) por iniciativa da empresa;
  - f.2)** por motivo de acidente de trabalho.

**Parágrafo único:** No fechamento de cada período, em caso de doença ou auxílio doença que impossibilitou o empregado (a) de compensar as horas de débito, as mesmas serão automaticamente transferidas para o período seguinte.

**g)** as empresas informarão mensalmente aos seus empregados, o saldo das horas de crédito ou débito, de forma individual e por escrito juntamente com a folha de pagamento;

**h)** os empregados serão informados individual ou coletivamente, das folgas ou compensações das horas;

**i)** as horas compensadas deverão constar no cartão ponto, na coluna horas extras, não sendo permitido o uso de outro cartão;

**j)** a empresa deverá manter o transporte em todos os horários e alimentação para todos os trabalhadores incluídos no acordo de compensação, desde que se faça no mínimo 1 (uma) hora extra diária;

**k)** as faltas, atrasos e saídas antecipadas, desde que ajustadas previamente com a empresa, serão debitadas das horas de crédito;

**l)** as horas de crédito poderão ser usufruídas da seguinte forma:

**l.1)** folgas adicionais, seguidas ao período de férias individuais ou coletivas;

**l.2)** folgas individuais negociadas de comum acordo entre empregado(a) e a empresa;

**l.3)** folgas adicionais seguidas de feriados, de forma individual ou coletiva;

**a)** para a empresa poder adotar a compensação de horas deverá estar a em dia com a mensalidade sindical e estar cumprindo integralmente a Convenção Coletiva de Trabalho formalizada entre as partes;

as empresas que adotarem ou que estiverem adotando o programa, deverão encaminhar correspondência ao Sindicato dos Trabalhadores informando a data de início da implantação em sua empresa.

**b)** as empresas que adotarem ou que estiverem adotando o programa, deverão encaminhar correspondência ao Sindicato dos Trabalhadores informando a data de início da implantação em sua

empresa.

## **Férias e Licenças**

### **Licença Remunerada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - LICENÇA REMUNERADA**

Os dirigentes sindicais da Entidade Profissional terão a licença remunerada para comparecimento a eventuais encontros, congressos e representações, no total de 10 (dez) dias ao ano por dirigente, limitado ao número de dirigentes do Sindicato na data da celebração desta Convenção Coletiva de Trabalho, desde que solicitem tais licenças com 3 (três) dias de antecedência.

### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Ao empregado que rescindir espontaneamente o seu contrato de trabalho após ter completado 06 (seis) meses de serviço na empresa, serão pagas férias proporcionais.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - INÍCIO DAS FÉRIAS**

O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá coincidir com dias de repouso remunerado e dias já compensados, e deverá ser notificada por escrito ao empregado.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EXAMES MÉDICOS E HOSPITALARES**

As despesas com os exames médicos e laboratoriais exigidos para a admissão, demissão e periodicidade, serão reembolsadas em 100% (cem por cento) pelas empresas, mediante a apresentação dos gastos efetuados, conforme artigo 168 da CLT, caso venha o empregado a ser efetivado no serviço ou tenha prorrogado seu contrato de experiência. Cópias dos resultados desses exames deverão ser entregues ao empregado, por ocasião da demissão.

## **Relações Sindicais**

### **Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SINDICALIZAÇÃO**

As empresas comprometem-se a colaborar com a sindicalização de seus empregados, inclusive quando de sua admissão, não se furtando ao desconto da mensalidade em favor do Sindicato Profissional.

**Parágrafo Único:** As empresas repassarão ao Sindicato Profissional, a relação mensal dos trabalhadores(as) associados(as) ao sindicato, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao desconto da mensalidade.

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESPAÇOS PARA FIXAÇÃO DE EDITAIS**

As empresas colocarão à disposição do Sindicato Profissional locais para fixação de avisos e editais de interesse dos trabalhadores, sendo que tais locais deverão ser de fácil leitura, acesso e circulação dos empregados.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ACESSO DO DIRIGENTE SINDICAL**

O dirigente sindical, no exercício de suas funções terá acesso aos locais de trabalho da empresa, especialmente nos horários de intervalos intrajornada, desde que solicitem tal acesso com antecedência.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - VERBAS DEVIDAS A ENTIDADE SINDICAL**

Ficam as empresas, obrigadas a descontar do salário de seus empregados, a mensalidade sindical.

**Parágrafo Único** - O recolhimento ao órgão sindical profissional deverá ser efetuado, impreterivelmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o desconto.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTO DA MENSALIDADE SINDICAL SOBRE 13º SALÁRIO**

As empresas efetuarão o desconto da mensalidade sindical do 13º (décimo terceiro) salário dos associados, no valor de R\$ 26,83 (vinte e seis reais e oitenta e três centavos), em favor do sindicato profissional, independente do tempo de trabalho.

## **Disposições Gerais**

### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - PENALIDADES**

Pela violação do presente instrumento normativo, a empresa pagará multa equivalente a 8% (oito por cento) sobre o piso salarial vigente, por infração e por empregado prejudicado, em favor deste. Na hipótese de infração de cláusula que favorece o órgão profissional, a multa será de 15% (quinze por cento) do piso salarial da categoria e juros de 1% (um por cento) ao mês e reverterá em favor deste, por infração e por empregado, desde que a empresa, após notificação escrita, ainda que não judicial, no prazo de 30 (trinta) dias, deixe de sanar a violação notificada.

RITA CASSIA CONTI

Presidente

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DO VESTUARIO DE BRUSQUE

MARLI LEANDRO

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DO VEST, BORDADOS, COURO, CALCADOS E  
SIMILARES DE BRUSQUE E GUABIRUBA